

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006705-60.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Responsabilidade Civil**  
 Requerente: **Marcia Yuriiko Kurotaki e outro**  
 Requerido: **Marins Engenharia Ltda e outros**

MARCIA YURIKO KUROTAKI E OUTRO ajuizou ação contra MARINS ENGENHARIA LTDA E OUTROS, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Alegaram, para tanto, que adquiriram dos réus um imóvel no empreendimento Residencial Village São Carlos II e, após mudarem-se para lá, constataram vícios construtivos que o depreciam, para cuja correção estimam o custo de R\$ 108.000,00, causando também constrangimento moral.

Citados, os réus contestaram o pedido, aduzindo que a maior parte dos danos apontados pelos autores não decorrem da construção mas da utilização e conservação. Refutaram os valores indenizatórios cogitados e a incidência de dano moral indenizável.

Manifestaram-se os autores.

A tentativa de conciliação foi infrutífera.

O processo foi saneado, deferindo-se a realização de exame pericial.

Juntou-se o laudo de exame pericial.

Manifestaram-se as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Em processo cautelar anterior, de vistoria, o perito judicial nomeado inspecionou o imóvel e identificou os vícios construtivos existentes (fls.29 e seguintes).

No trabalho pericial mais recente, o perito judicial analisou esses vícios e estimou o custo de reparo, totalizando R\$ 17.900,00 (fls. 220).

Os réus concordaram com a estimativa (fls. 226). A propósito, a prova pericial deixou claro que são mesmo vícios construtivos, o que exclui a alegação dos réus, sem amparo probatório ou indiciário, de que os danos decorreram do próprio uso do imóvel.

Os autores não se manifestaram a respeito, depreendendo-se concordância tácita.

O orçamento de fls. 86, elaborado por profissional cuja qualificação é desconhecida, se afigura absolutamente inacolhível, haja vista o montante apresentado para o custo dos serviços, R\$ 108.000,00, quase dez múltiplos da estimativa do perito judicial.

Não ocorreu uma efetiva violação de direitos da personalidade de titularidade dos autores, de maneira que não é identificado um prejuízo extrapatrimonial e não há um dano moral para ser ressarcido.

Está pacificado que: “o mero inadimplemento contratual não enseja, por si só, indenização por dano moral. ‘Salvo circunstância excepcional que coloque o contratante em situação de extraordinária angústia ou humilhação, não há dano moral. Isso porque, o dissabor inerente à expectativa frustrada decorrente de inadimplemento contratual se insere no cotidiano das relações comerciais e não implica lesão à honra ou violação da dignidade humana’” (REsp n. 1.129.881/RJ, relator Ministro MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, unânime, DJe 19.12.2011)” (AgRg no AgRg no Ag 546.608/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 09/05/2012).

Os defeitos construtivos e as angústias e transtornos deles decorrentes devem ser considerados como mero aborrecimento, não importando em violação a direito da personalidade (TJSP, Ap nº 0000069-91.2011.8.26.0472, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, j. 01.12.2015).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno os réus a pagarem para os autores a importância de R\$ 17.900,00, com correção monetária desde a data do laudo pericial e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Condeno os réus ao pagamento de 1/3 das custas e despesas processuais, respondendo os autores pelo pagamento de 2/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos (assim porque o processo em si mostrou-se necessário, com desfecho favorável aos autores, havendo apenas redução do valor pecuniário).

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de dezembro de 2015.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**